



Legislações estadual e federal
preveem cirurgias de reparação
gratuita e selo de qualidade para
próteses de silicone
PÁGINAS 4 e 5

JORNAL DA ALERJ

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Ano XI - Nº 274 - Rio de Janeiro, 16 a 30 de setembro de 2013

Rafael Wallace



Ele estava lá

Constituinte em 1988,
Paulo Ramos conta como
o Brasil quase virou um
país parlamentarista
na discussão da
Constituição Cidadã.

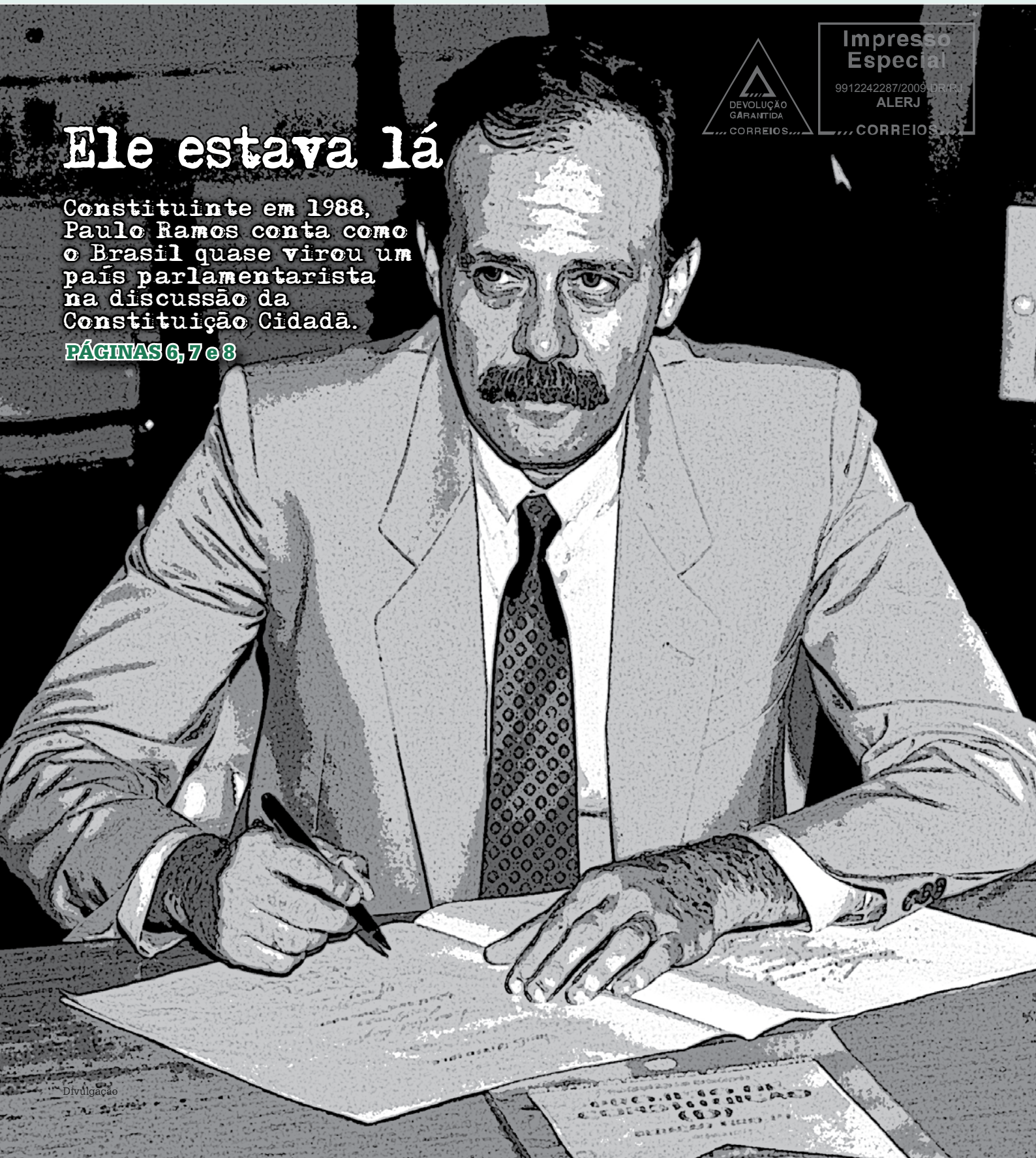
PÁGINAS 6, 7 e 8



**Impresso
Especial**

9912242287/2009-DR-P-1
ALERJ

CORREIOS





FRASES



Rafael Wallace

“Deputado que diz que constrói estrada é demagogo. Nosso papel é cobrar as dívidas sociais de dezenas de anos, que a população reclama e anseia.”

Roberto Henriques (PSD), sobre promessas de uma rede de transporte público melhor no Norte Fluminense

“As pessoas estão cansadas de ver políticos apenas na época da eleição. As pessoas querem participar mais, sugerir, opinar, discordar. Elas querem que o parlamentar possa efetivamente ter esse contato e ouvir as pessoas”

Clarissa Garotinho (PR), defendendo a criação de instrumentos que permitam uma maior participação popular no Parlamento

“Defendo mais ainda que o Bilhete Único seja para toda a Região Serrana, como já está para ser em Cachoeiras de Macaú e Rio Bonito. Justamente!”

Luiz Paulo (PSDB), defendendo a ampliação do uso do Bilhete Único

VOCÊ SABIA?

Cozinhas de restaurantes serão franqueadas à visitação

As portas das cozinhas de bares, restaurantes, padarias e hotéis passarão a ficar abertas à visitação dos clientes. A proposta, que garante ao consumidor o direito de inspecionar as condições de preparo e armazenamento dos alimentos, foi aprovada pela Alerj no dia 17 e seguiu para o governador Sérgio Cabral. O texto, de número 957/11, é assinado pelos membros da Comissão de Segurança Alimentar da Casa e teve sua aplicação defendida em plenário pela presidente do grupo, deputada Lucinha (PSDB). “A garantia dessa visitação ajuda a assegurar a qualidade das instalações e dos alimentos”, apostou, explicando que a regra, tema de lei municipal e de portaria da Vigilância Sanitária, ganhará segurança e alcance. O texto define que a visita seja acompanhada por funcionário ou pelo proprietário do estabelecimento e aconteça durante seu horário de funcionamento. Fazem parte da comissão ainda os deputados Robson Leite (PT), Waguinho (PMDB), Bernardo Rossi (PMDB) e Rosângela Gomes (PRB).

MÍDIAS SOCIAIS

Muito feliz por ter feito parte desta conquista! Senado aprova isenção de impostos para CD e DVD de artista nacional

@marciopacheco_
Márcio Pacheco



Dia 24/9



Tomara que os alunos da Gama Filho e UniverCidade consigam encerrar o ano letivo depois da 3ª greve em 2013

@bebetotetra94
Bebeto



Dia 27/9



Em tempos passados, 27 de setembro, dia Cosme e Damião, era festa para as crianças quando muitas casas do subúrbio do Rio distribuíam doces.

@LuizPaulo_dep
Luiz Paulo



Dia 27/9



*As mensagens de mídias sociais são publicadas na íntegra, sem nenhum tipo de edição.

EXPEDIENTE



Presidente
Paulo Melo

1º Vice-presidente
Edson Albertassi

2º Vice-presidente
Roberto Henriques

3º Vice-presidente
Gilberto Palmares

4º Vice-presidente
Rafael do Gordo

1º Secretário
Wagner Montes

2º Secretário
Graça Matos

3º Secretário
Gerson Bergher

4º Secretário
José Luiz Nanci

1º Suplente
Samuel Malafaia

2º Suplente
Bebeto

3º Suplente
Alexandre Corrêa

4º Suplente
Thiago Pampolha

JORNAL DA ALERJ
Publicação quinzenal da Subdiretoria Geral de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Jornalista responsável: Luisi Valadão (JP-30267/RJ)

Editor-chefe: Pedro Motta Lima

Editor: Marcelo Dias

Chefe de Reportagem: Fernanda Galvão

Equipe: Ana Paula Teixeira (diagramação), André Nunes, Fernanda Porto, Marcus Alencar, Symone Munay e Vanessa Schumacker

Edição de Fotografia: Rafael Wallace

Edição de Arte: Mayo Ornelas

Secretária da Redação: Regina Torres

Estagiários: Amanda Bastos, Bárbara Figueiredo, Bárbara Souza, Camilla Pontes, Eduardo Paulanti, Fabiane Ventura, Fábio Peixoto, Gabriel Esteves (foto), Gabriel Telles (foto), Gabriela Caesar, Lucas Lima, Ruano Carneiro (foto) e Thiago Manga

Telefones: (21) 2588-1404 / 1383
Fax: (21) 2588-1404
Rua Primeiro de Março s/nº sala 406
CEP 20010-090 – Rio de Janeiro/RJ

Email: dcs@alerj.rj.gov.br
www.alerj.rj.gov.br
www.twitter.com/alerj
www.facebook.com/assembleiarj
www.alerjnoticias.blogspot.com
www.radioalerj.posterous.com

Impressão: Imprensa Oficial
Tiragem: 5 mil exemplares

PRECONCEITO

Em nome da fé

Comissão se reúne para tratar de casos de intolerância religiosa no Rio de Janeiro

BÁRBARA SOUZA E GABRIELA CAESAR

Pregando o fim da intolerância, o Papa Francisco mobilizou e encantou cerca de 1,5 milhão de pessoas durante sua visita ao Brasil, em julho. O sucesso da mensagem deixada por Jorge Mario Bergoglio revela não só a necessidade de um diálogo interreligioso, mas também o abismo que ainda separa — e, sobretudo, segrega — os cultos africanos dos católicos e protestantes. É o caso do Morro do Amor, no Lins, bairro da Zona Norte do Rio, onde o Ministério Público investiga, desde a primeira semana de setembro, a expulsão de umbandistas por traficantes supostamente evangélicos.

Segundo o censo de 2010 do IBGE, os dois maiores grupos religiosos no país são os católicos (64,6%) e os evangélicos (22,2%). Os muçulmanos são 2,7%; os espíritas, 2%; e os praticantes de umbanda e candomblé, 0,3%. Os que não têm religião somam 8%, sendo metade ateu, e 0,1% não respondeu. E o Estado, laico desde 1891, tem de lidar com uma sociedade plural e (in)tolerante.

“Esse tipo de acontecimento não deve ser aceitável e nós estamos lutando



Gabriela Caesar

Igreja evangélica numa favela carioca: intolerância entre traficantes e umbandistas

contra isso. Foi feito um relatório sobre o caso, que encaminhamos ao Ministério Público, e estamos esperando para ver o que será feito”, afirmou o presidente do Comitê de Combate à Intolerância Religiosa, Ivanir dos Santos, referindo-se ao caso do Morro do Amor.

O caso foi revelado pelo jornal “Extra”, no dia 7 de setembro. Logo em seguida, o presidente da Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos da Alerj, deputado Bernardo Rossi (PMDB), convocou uma audiência pública para tratar do assunto: “Num país de diversidade como o nosso, esse tipo de atitude não cabe mais em qualquer âmbito”.

O pedido da audiência partiu do colega Átila Nunes (PSL). Espírita, ele atribui os casos de intolerância ao que chama de “neopentecostais extremistas”. “São seitas que estabeleceram como estratégia perseguir os seguidores afro-brasileiros”, diz o deputado.

Para o presidente da Federação Brasileira de Umbanda (FBU), Manoel Alves de Souza, o problema é antigo. Segundo ele, a umbanda convive com a intolerância há, pelo menos, quatro

décadas. “Antigamente, o problema era o fanatismo religioso. Hoje, é o interesse econômico. Não querem perder fiéis e partem para a violência”, reclama Souza.

Segundo a FBU, há mais de 5 mil centros umbandistas filiados no estado. O presidente da federação revela ainda outros dois casos de intolerância religiosa por parte de traficantes evangélicos: no Largo do Machado, na Zona Sul carioca, e na Ilha do Governador, na Zona Norte.

Não só os adeptos de religiões de matrizes africanas são vítimas de preconceito. O pastor João Soares da Fonseca, líder da Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro, afirma já ter sofrido discriminação ao ser impedido de atender doentes. O artigo quinto da Constituição garante o direito à assistência religiosa a quem estiver internado em hospitais. “A recepcionista meneou a cabeça e simplesmente me negou o acesso. Atrás dela havia uma imagem de um santo. Olhei para a imagem e perguntei se em vez de pastor eu fosse padre, ela me deixaria entrar. Ela, seca e franca, respondeu que sim”, contou.

Constituição Federal garante liberdade de credos

De acordo com lei federal 9.459, de 1997, ninguém pode ser discriminado devido ao seu credo religioso. A prática de discriminação ou preconceito contra religiões é um crime inafiançável e imprescritível. Ou seja, o acusado não tem o direito de pagar fiança e pode ser punido a qualquer tempo.

A pena prevista é a prisão por um a três anos e multa. Além disso, os artigos 5º e 19º da Constituição falam em liberdade

de pensamento e crença, garantindo a permissão ao culto a qualquer religião.

Responsável pelo Núcleo de Combate à Intolerância Religiosa da Polícia Civil, o delegado Henrique Pessoa destacou os avanços no combate a esse tipo de preconceito. Segundo ele, a possibilidade de registrar ocorrências na delegacia como intolerância religiosa — em vez de ofensa verbal, ameaça ou lesão corporal — foi uma das melhorias observadas.

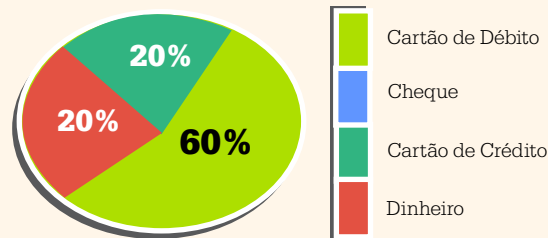
“A questão da intolerância religiosa ficava à parte desse processo. Era importante a gente entender como a coisa funcionava, quais eram as religiões ofendidas e ofensoras”, afirmou o delegado, em audiência na Alerj, no último dia 18.

“As pessoas de bem, sejam elas de matrizes africanas ou evangélicas, têm de se unir para dar um basta na discriminação religiosa”, resume o umbandista Luiz do Omulu.

ENQUETE

Como você prefere pagar suas compras?

Vote na próxima enquête:
www.alerjnoticias.blogspot.com



Siga a @alerj no
twitter
www.twitter.com/alerj

Receba o **JORNAL DA ALERJ** em casa
<http://bit.ly/jornalalerj>

Veja nossos álbuns do Picasa
<http://bit.ly/alerjpicasa>

Ouça sonoras dos deputados
radioalerj.posterous.com

SAÚDE



Arquivo pessoal

Anandha Lourenço conta que já se submeteu a três cirurgias plásticas e teve problemas na última: 'Hoje, não faria mais'

Legislação garante qualidade nas cirurgias plásticas, com selos do Inmetro e da Anvisa, e realização de operações de reparação pelo SUS

AMANDA LAZARONI

Lipoaspiração, aumento dos seios, abdominoplastia (retirada de excesso de gordura do abdômen), blefaroplastia (para retirar o excesso de pele das pálpebras) e redução de mamas. Essas foram as cinco cirurgias plásticas mais realizadas no país em 2011, de acordo com a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP). Mas para quem acha que a procura pelo bisturi se deve apenas à busca por uma silhueta mais bela, é bom saber que uma em cada três operações se refere a procedimentos reparadores, como orelhas de abano e reconstrução dos seios.

Segundo o Ibope, das 645 mil cirurgias feitas no Brasil em 2009, 31% tinham finalidade reparadora, e 82% dos pacientes eram mulheres. A

importância desses procedimentos é tanta para os brasileiros que a Lei 6.549/2013, do deputado Dionísio Lins (PP), determina a exigência de selo do Inmetro e certificado da Agência Nacional de Vigilância Sanitária para as próteses de silicone usadas no estado. Além disso, a Lei 4.102/2003, regulamenta as cirurgias reparadoras de mama no Rio.

Não bastassem as garantias estaduais, a presidente Dilma Rousseff sancionou em abril a Lei 12.802, que obriga a realização dessas operações pelo SUS no mesmo momento em que for feita a cirurgia para retirar o câncer de mama. O SUS oferece o serviço para corrigir casos de má formação, marcas provocadas no corpo devido a acidentes e outras situações que interfiram na vida do paciente, como a reparação da mama em casos de mutilação decorrente de tratamento contra o câncer.

Diretor do Instituto de Ginecologia da UFRJ, Gutemberg Andrade explica a diferenciação que o SUS faz entre cirurgias meramente estéticas e as reparadoras: "Para que uma mulher fique curada de um câncer de mama, o médico, entre outras medidas, retira

a mama dela. O SUS, portanto, precisa refazê-la. A reconstrução de vulva também é prevista pelo SUS, se o médico precisou retirá-la por conta do câncer. Outro caso completamente diferente é de uma pessoa que, por exemplo, acha que tem os lábios vaginais grandes demais e não se sente bem com isso".

Mas onde está a fronteira entre o desejo estético e a reparação física e psicológica? "O sistema não prevê essa operação dos lábios, mas é muito difícil para um médico olhar para a pessoa e dizer: 'Olha, você não tem que se sentir mal por isso'. É muito difícil de transpassar essa linha do que fere e o que não fere a dignidade de uma pessoa", diz o especialista.

Aliança institucional contra mercado negro de próteses

Com a quantidade de material irregular no mercado, a Anvisa condicionou a venda de próteses de silicone no país ao aval do Inmetro. As novas regras foram aprovadas após duas empresas internacionais, a Poly Implant Prothese (PIP) e a Rofil, terem sido acusadas de usar próteses com

risco de rompimento e vazamento de silicone. Assim, as próteses precisam passar, desde março, por testes em laboratórios brasileiros, que checam a composição do silicone.

"Todo produto vendido a um consumidor, de brinquedos a eletrodomésticos, precisa ter fiscalização do Inmetro. Nada faz mais sentido que fiscalizar uma prótese, que precisará cumprir determinada finalidade no corpo de um ser humano. Um controle maior dos implantes de mama comercializados no Brasil é mais que justificado, especialmente após a ocorrência de problemas com a utilização de determinadas marcas", comentou o deputado Dr. Gothardo (PSB), membro da Comissão de Saúde da Alerj.

E o que era uma parceria institucional se tornou oficial pela Lei 6.549 — que engloba todos os tipos de prótese, com as de glúteo e penianas, e não apenas as de mama. "Há um grande número de reclamações de pessoas que apresentam problemas com determinados tipo de implante de silicone, seja mamário ou não. Isso sem contar que, por vergonha, muitos deixam de registrar as ocorrências. Estamos evitando casos de implantes de má qualidade, que causam deformidades e oferecem risco de vida", disse Dionísio Lins.

Pela norma, o Procon está incumbido de fiscalizar o setor e aplicar as multas, podendo inclusive fechar o

estabelecimento responsável pela venda dos produtos sem certificação do Inmetro e da Anvisa.

E em tempos onde adolescentes de 15 anos trocam festas de debutante e viagens por cirurgias plásticas, a discussão chega ainda mais cedo à classe média. Mas é preciso tomar certos cuidados, como o lado psicológico. "Alguns aspectos precisam ser considerados quando falamos em idade certa para se colocar silicone, por exemplo", diz o ginecologista Gutemberg Andrade.

“Há um grande número de reclamações de pessoas que apresentam problemas com implantes de silicone. Estamos evitando o uso de implantes de má qualidade, que oferecem risco de vida”

Deputado Dionísio Lins

De acordo com ele, os pais precisam estabelecer um limite para as filhas: "Não há uma idade correta para se colocar silicone, pois pacientes da mesma idade podem ter corpos completamente diferentes. Isso é algo muito relativo. Os pais é que precisam utilizar o bom senso. Existem meninas de 13 anos que já são mulheres, com corpo formado, mesmo que a mentalidade delas não acompanhe isso".

Busca pela beleza termina em arrependimento

Formada em direito, Anandha Odila Santos Lourenço, de 39 anos, já passou por três cirurgias plásticas: uma para aumento dos seios e duas de lipoaspiração. Como na maioria dos casos, o desejo dela era estético, de ter um corpo mais sinuoso, com seios maiores e cintura mais fina. "Quando eu tinha 29 anos, decidi colocar silicone e fiz uma lipo no culote. Foi uma questão de vaidade", disse.

Para isso, Anandha escolheu uma prótese de silicone de 150ml. A preocupação dela era ter seios com aparência natural, sem voluptuosidade. "Eu quis que ficassem mais firmes e um pouco mais juntos, mas não queria nada artificial", explicou ela.

A segunda lipoaspiração, feita há três anos na barriga e nos braços, não foi tão bem sucedida. Ela reclama do cirurgião, que teria lhe vendido gato por lebre. Segundo Anandha, o médico teria desconsiderado o fato de ela estar acima do peso à época da operação: "Eu fiquei com ondulações na barriga e meus braços ficaram cheios de celulite. Eu estava acima do peso, mas o médico havia me garantido que ficaria legal".

Quando ela pediu ao cirurgião uma satisfação sobre o resultado, ele disse que não tinha sido o esperado porque Anandha estava "gordinha": "Ele pediu para que eu voltasse depois para tentar consertar, mas não fiz isso. Hoje em dia, não faria mais".

Especialista aponta procedimentos de risco

Segundo a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica e a Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica, os procedimentos de otoplastia (correção de orelhas de abano), aumento dos lábios, ginecomastia (diminuição da mama masculina), gluteoplastia (prótese no bumbum) e rejuvenescimento vaginal são mais realizados no Brasil do que em qualquer outro lugar do mundo.

Entretanto, há procedimentos ginecológicos condenados pelos médicos que podem pôr em risco a saúde das pacientes. "Há cirurgias que são antiéticas. Quando falamos em cirurgia íntima feminina, é importante

saber diferenciar os procedimentos de que estamos tratando", ressalta o ginecologista Gutemberg Andrade.

Dentre as cirurgias postas em dúvida, estão as de clareamento de vulva e ânus. "Essas são regiões naturalmente escuras, mas essas cirurgias são antiéticas pois não há resultados científicos que comprovem que sejam benéficas. Preenchimento de vulva também é uma cirurgia antiética. Sei que há clínicas cosméticas que se dizem especializadas nesses procedimentos, mas é preciso que a paciente fique atenta à 'picaretagem' de alguns médicos", finaliza Andrade.



Rafael Wallace

O ginecologista Gutemberg Andrade alerta para cirurgias antiéticas

Memórias de um constituinte

Nos 25 anos da Constituição Federal, o deputado Paulo Ramos relembra a sua atuação como um dos coautores da Carta Cidadã

MARCELO DIAS

Ao longo de 613 dias, o deputado Paulo Ramos emprestou seus traços abstratos que se tornaram famosos na Assembleia Legislativa do Rio Janeiro para riscar os rumos do Brasil, 25 anos atrás. Ramos foi um dos 559 constituintes que, em 5 de outubro de 1988, entregaram ao país a Constituição Cidadã, como a chamou Ulysses Guimarães. E o único parlamentar da Alerj a participar da criação dos novos fundamentos da República.

À época, o deputado formava fileiras em um histórico PMDB, que contava com nomes do porte de Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), Mário Covas (SP), Artur da Távola (RJ), Bernardo Cabral (AM) e Nelson Jobim

(SP). Pelo PT, figuravam personagens que entraram para a História do Brasil, como Vladimir Palmeira (RJ), Florestan Fernandes (SP) e Luiz Inácio Lula da Silva (SP). E até musa tinha: a loura Rita Camata (PMDB-ES), então com 27 anos.

A ANC foi instalada no dia 1º de fevereiro de 1987, sob os olhares e as esperanças de 15 mil pessoas que lotaram o gramado e as galerias do Congresso Nacional e de 135 milhões de brasileiros — e debaixo de uma vaia monumental para Delfim Neto (PDS-SP), ex-ministro e maior expoente do regime militar na ANC. Esse era o clima em Brasília. Dali para frente, a ditadura ficaria para trás, com uma ampla e irrestrita redemocratização adiante.

“A nossa responsabilidade era muito grande, porque a Constituição seria um divisor de águas. Seria a institucionalização do Estado de Direito, dos direitos e garantias individuais e sociais, da economia, do funcionalismo, da educação, da saúde, de tudo. Foi um processo importantíssimo para o Brasil se reencontrar com a sua história”, resume Paulo Ramos, para quem a nova Constituição recolocou o Brasil

no mapa da democracia mundial.

E, ao contrário do que se vê hoje, as decisões não eram tomadas nos bastidores, mas nas votações de um plenário que fervia — como na escolha pelo regime presidencialista e pelo mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

“Houve embates, sim, mas a decisão acontecia no plenário, com a pressão popular em cima. Um dos casos foi o do mandato presidencial, quando o Centrão se insurgiu. Seriam quatro anos para o Sarney, como queria o Tancredo Neves, mas ele conseguiu cinco. O parlamentarismo também caiu no plenário, só que estava tudo certo para nós o aprovarmos”, recorda-se Ramos.

Uma ilha tomada por ondas de multidão em pleno Planalto Central

Brasília é uma ilha, já dizia Herbert Vianna. Mas isso não impediu a ANC de ser atingida por ondas de gente. Diariamente, eram cerca de 10 mil pessoas que se juntavam para pressionar os parlamentares pela inclusão dos mais diversos direitos na nova Carta. Havia de tudo um pouco: entidades sindicais e empresariais; índios e fazendeiros; ativistas políticos e militares; e diversos lobistas.

“Por dia, havia 10 mil pessoas organizadas lá. O povo pressionava. Houve muitas guerras, como pela soberania nacional com a monopolização do petróleo e a exigência de Bandeira Nacional para navegação de cabotagem. Na auditoria da dívida externa, o pau quebrou”, lembra Paulo Ramos.

Por dentro, a ANC estava bem rachada. Nas contas do cientista político Júlio Aurélio Vianna Lopes, da Fundação Casa de Rui Barbosa, a divisão do plenário era esta: centro,

com 179 parlamentares (32%), centro-direita, com 134 (24%), centro-esquerda, com 129 (23%), direita, com 67 (12%) e esquerda, com 50 (9%).

Ramos também fala da Comissão Afonso Arinos, criada pelo presidente José Sarney. Dirigido pelo ex-senador Afonso Arinos de Mello Franco, o grupo contava com 50 nomes de peso, como o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence; o escritor Jorge Amado; o antropólogo Gilberto Freyre, e o reitor da Universidade de Brasília, e futuro senador, Cristovam Buarque. “A comissão exerceu influência e nos serviu como base, mesmo sem ter sido acolhida”, lembra Ramos.

Entretanto, o anteprojeto da comissão nunca chegou à ANC. Ulysses já havia anunciado que não a receberia. “Houve uma pressão muito grande, por parte de muitos constituintes para que o anteprojeto não chegasse ao Congresso. Eles consideravam o texto uma intromissão do Executivo em seus trabalhos”, explicou Cristovam Buarque, em 2008, em entrevista à Agência Senado.

Entrevista/Paulo Ramos

O que era a Constituinte na época?

Havia uma convivência democrática entre cassados e “cassadores” (*risos*).

Acha a Constituição ainda atual?

A Constituição praticamente não entrou em vigor, porque o Sarney governou por medidas provisórias e o que era exceção virou regra. Depois, houve resistências à revisão constitucional, em 1993, e o Nelson Jobim foi o relator de revisão que não houve.

Como eram as negociações para inclusão de artigos e até de meras palavras?

Houve oito comissões diferentes, com três subcomissões cada. A partir de determinada fase, decidiu-se que cada um só apresentaria quatro propostas e, para otimizar isso, aglutinamos tudo o que fosse possível.

Sarney exerceu alguma influência na Constituinte?

Ele se voltou mais para a mudança do mandato, de quatro para cinco anos. Mas ele convocou a Constituinte. Havia esse compromisso: após a eleição indireta para presidente, em 1985, haveria a Constituinte.

Como foi conviver com Ulysses?

Ele tinha autoridade, mas sem vaidades. Era humilde demais. Uma vez, foi questionado

por não ter assumido a Presidência em vez do Sarney. A Constituição de 1967 previa que, em caso de vacância, quem assumiria seria o presidente da Câmara dos Deputados e não o vice-presidente da República. Aí, veio um parecer do Sepúlveda Pertence, que a posse do Sarney era legítima. Foi a única vez que o ouvi falar um palavrão: “P...! Como eu ia adivinhar que o Tancredo ia morrer?!”.

E a discussão sobre o parlamentarismo? Se vingasse, Ulysses seria o primeiro-ministro...

O Ulysses teve um papel relevante ali, mas queria ser presidente com plenos poderes.



Paulo Ramos: testemunha da Constituinte



Divulgação/
Câmara dos Deputados

Emenda de lavra própria, com direito a “contrabando”

A Assembleia Nacional Constituinte era formada por oito comissões temáticas e 24 subcomissões. Naqueles 613 dias, os brasileiros assistiam diariamente às discussões internas e no plenário para, no fim, Ulysses Guimarães declarar a entrega da Constituição Cidadã. Entre os 250 artigos da Carta Magna, um é da lavra de Paulo Ramos: o 42, que garante férias e aposentadorias a militares e suas viúvas, e traz ainda um “contrabando”.

“Aprovei um artigo para que os servidores militares e suas viúvas recebessem aposentadoria e pensão integrais. Isso passou, mas depois tive

que pegar as assinaturas dos líderes partidários para incluir no texto o 13º salário e o pagamento de um terço do salário nas férias. Levei para o Ulysses e ele disse: “‘Tem razão’”. E mudamos a redação do artigo, mesmo após a sua aprovação”, conta o deputado.

Hoje, Ramos questiona a falta da revisão da Constituição, a partir do quinto ano de sua vigência, como se acertou na ANC. “Você pega a Constituição e está tudo com emenda porque nunca houve a revisão. O capítulo da seguridade social foi desmembrado em aposentadoria e previdência”, conta o deputado.

Ironicamente, o artigo 42, de sua autoria, também está nesse caso. O texto foi alterado pela Emenda Constitucional 18, de 1998.



CAPA

Centrinho supera Centrão na ANC

Durante cinco anos, o cientista político Júlio Aurélio Vianna mergulhou nos registros de plenário da Constituinte e retornou com novidades, como a descoberta de um grupo denominado por ele como Centrinho — uma ala mais moderada e responsável por reabrir discussões em temas inicialmente decididos nas subcomissões.

“Encontrei esse grupo, o Centrinho, com 40 a 50 constituintes. Esse grupo foi decisivo porque minou o Centrão. Eles sempre diziam ser a favor de 85% dos artigos e abriam negociação. Eles moderaram o Centrão, que abria mão de uma proposta original para reabrir as discussões. Um cara fundamental nesse grupo foi o Del Bosco Amaral (SP). O coordenador de mobilização era o deputado Dazo Coimbra (PMDB-RJ). Era um baixo clero”, explica Júlio Aurélio.

A pesquisa foi premiada pela Fundação Ford e pela Associação Nacional de Pesquisas em Ciências Sociais e lhe rendeu o livro “Carta da Democracia — 25 anos: Como foi feita a Constituição de 1988”: “Só havia trabalhos parciais, todos muito bons, mas o mais abrangente se limitava à Comissão de Sistematização. Mas deveria se avaliar tudo, principalmente o plenário”. De acordo com o pesquisador, foi preciso vencer o primeiro ano da Constituinte para se superar as diversas divisões internas da ANC, em 1988. “A Constituição só surgiu com a superação da polarização política. No primeiro ano, havia uma fragmentação política na qual as lideranças não conseguiam unir as bancadas, que sequer atendiam às reuniões”, explica.

Uma Constituinte multifacetada

Júlio Aurélio lista alguns dos principais nomes da ANC, com Ulysses e Bernardo Cabral à frente, Mário Covas, Vladimir Palmeira (“que teve papel importante de negociação na ordem econômica”), Cesar Maia, Luiz Alfredo Salomão e Brandão Monteiro, todos do PDT fluminense; Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) (“que era bom de provocação e negociação”) e Paulo Ramos. “Ele era da Frente Nacionalista, mas de esquerda, com papel essencial na ordem econômica e na defesa dos monopólios estatais” diz o pesquisador, referindo-se a Ramos.

Ele também detectou o único momento da ANC em que todos os constituintes estiveram no plenário, na votação do sistema de governo. “No dia 23 de março de 1988, na hora da votação, o (senador) Humberto Lucena montou uma emenda presidencialista híbrida, com características parlamentaristas, e houve uma virada. Estou convicto de que isso não se deu só pelo apoio do Sarney. O Centrão estava bem dividido. O que fez o presidencialismo ganhar foi a feição híbrida da proposta. Mas a aprovada não é a deste presidencialismo que está aí”, diz.

Segundo o pesquisador, a ideia era mesclar os dois sistemas: “A emenda era presidencialista, mas se podia chegar ao parlamentarismo. Tinha até queda de ministro pelo Parlamento. Era um presidencialismo que dava muito poder ao Congresso. Mas os parlamentaristas se recusaram a discutir a reforma do texto. Se não, teríamos um sistema político mais legítimo e mais estável hoje”.



Divulgação/Adriana Pizzotti

Júlio Aurélio pesquisou a Constituinte durante cinco anos

Uma carta escrita de baixo para cima

Também constituinte, o vereador e ex-prefeito do Rio Cesar Maia (DEM) atribui ao processo de discussão e votação — das subcomissões temáticas que elaboraram separadamente os capítulos da Constituição até o plenário — como responsável pela qualidade do texto final. Mas também ressalta a necessidade da revisão constitucional: “Foi um processo de baixo para cima, que explica tanto o alto grau democrático conseguido como os acertos para votação, que culminaram numa grande quantidade de dispositivos que teriam que ser regulamentados por leis complementares”.

Como não houve a revisão, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) defende uma Constituinte para realizar uma reforma política. Entretanto, Simon prega que os seus participantes seriam eleitos só para isso. Encerrada a Constituinte, todos ficariam impedidos de disputar eleições por até 15 anos. “Por que isso? Porque o cidadão, ao votar a Constituição, seja advogado, engenheiro, médico, seja quem for, não tem nenhum interesse. Ele não visa nada para si ou sua família. Ele vota a Constituição e volta para casa” disse o senador à Agência Senado.

Cesar frisa ainda os traços de DNA parlamentarista que restaram na Constituição — resquício das discussões para se mudar o sistema de governo. “A ideia do parlamentarismo cresceu e o texto reduziu os poderes do Executivo, o que levou à previsão de um plebiscito sobre sistema de governo (em 1993), que reafirmou o presidencialismo. E se criou a Medida Provisória para substituir o Decreto-Lei, um desvio que minimizou o Legislativo”, analisa.



MOBILIDADE URBANA



Atrás do tempo perdido

Grande Rio aparece em último lugar em mobilidade urbana no país e estado aposta em projetos de transporte de massa

BÁRBARA SOUZA

Morador de Queimados, na Baixada Fluminense, o atendente de telemarketing Maicon Gomes, de 18 anos, acorda todos os dias às 3h30min para trabalhar. “Já perdi boas oportunidades de emprego por passar tanto tempo no ônibus. Levo quase três horas para chegar ao Centro do Rio”, conta. O drama de Maicon reflete a situação da Região Metropolitana. O Grande Rio aparece em último lugar entre as 15 metrópoles do país no quesito mobilidade urbana, de acordo com o Índice de Bem-Estar Urbano (Ibeu), elaborado pelo Observatório de Metrôpoles, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ.

Para o organizador do trabalho, o economista Marcelo Ribeiro, a solução para o problema passaria por uma gestão metropolitana. “Os prefeitos tentam melhorar suas cidades separadamente e isso não é suficiente”, diz o pesquisador.

Ex-secretário de Transportes da capital e membro da Comissão de Governança da Região Metropolitana na Alerj, o deputado Luiz Paulo (PSDB) concorda. “A gestão



Gabriel Esteves

Maicon Gomes leva três horas para ir de Queimados para o Centro do Rio

metropolitana pressupõe a existência de um órgão com autonomia dos prefeitos. É preciso discutir políticas de investimento e de ordenamento do solo, que possam ser boas para todos”, analisa. Levando-se em conta os outros quatro aspectos abordados pelo estudo (condições ambientais e habitacionais, atendimento de serviços coletivos e infraestrutura), o Grande Rio fica em 12º lugar. Cada uma dessas análises foi constituída a partir de indicadores do Censo de 2010, divulgado pelo IBGE.

Para recuperar o tempo perdido, o governo estadual está dando os primeiros passos. O subsecretário de Obras, Vicente

Loureiro, está organizando uma licitação com o Banco Mundial para escolher uma empresa para fazer o plano estratégico do Grande Rio: O objetivo é criar diferentes polos econômicos para reduzir a dependência da capital. “O problema é que 75% dos empregos estão concentrados nessa região central e isso não muda há 30 anos”.

“Nunca se investiu em transporte de massa como deveríamos, sobretudo na rede ferroviária. Estamos em atraso e sofrendo as consequências, e só agora estamos buscando saídas”, completa o presidente da Comissão de Transportes da Alerj, Marcelo Simão (PSB).

Números em massa

Região Metropolitana

Cidades: 20

População: 12.121.600 habitantes

Frota: 4.347.536 veículos (2,79 por habitante)

Metrô

Passageiros: 640 mil/dia

Frota: 49 trens

Linhas: 2

Extensão: 46,2km, com 35 estações

Tarifa: R\$ 3,20

Investimentos: nova estação da Rua Uruguai, a R\$ 240 milhões, na Linha 1; compra de 15 trens por US\$ 148,2 milhões; expansão da Linha 1 por R\$ 8,5 bilhões, com mais 9,86km e seis estações entre Ipanema e Barra da Tijuca.

Barcas

Passageiros: 106 mil/dia (95% nas linhas Rio-Niterói)

Frota: 22 embarcações

Linhas: 6

Tarifa: R\$ 4,50

Investimentos: compra de sete lanchas a R\$ 273 milhões, para 2015

Trens

Passageiros: 622 mil/dia

Frota: 160 trens

Linhas: 9

Extensão: 270km, com 102 estações

Tarifa: R\$ 2,90

Investimentos: compra de 95 trens, a R\$ 1,2 bilhão, com recursos do estado e do BNDES.



POLÍTICA

Juventude em Brasília



O presidente da Alerj, deputado Paulo Melo, entre os integrantes do Parlamento Jovem Brasileiro: conselhos sobre política

Alerj recebe representantes fluminenses de projeto da Câmara dos Deputados voltado para estudantes

AMANDA LAZARONI E BÁRBARA FIGUEIREDO

Palco onde se decidem os rumos do país, a Câmara dos Deputados é também o ponto de partida para a renovação da política nacional. De 22 a 27 de setembro, a Casa federal abrigou o Parlamento Jovem Brasileiro (PJB), que, em sua décima edição, reuniu 78 adolescentes de todo o Brasil. O Rio de Janeiro reuniu a terceira maior bancada, com sete parlamentares mirins. As maiores foram as de São Paulo (11) e Minas Gerais (8).

Para chegar ao PJB, os candidatos tinham de estar matriculados no 2º e 3º anos do ensino médio, e foram eleitos a partir de um concurso. No Rio, os 125 postulantes a um mandato tiveram de elaborar projetos de lei a serem avaliados pela Secretaria de Estado de Educação e pela Câmara dos Deputados.

Em Brasília, a garotada teve aulas de oratória, ética política, verbas públicas e constitucionalidade. No plenário, todos

discutiram entre si os projetos apresentados. Além disso, os jovens foram divididos em quatro comissões temáticas: Agricultura e Meio Ambiente; Saúde e Segurança Pública; Economia, Emprego e Defesa do Consumidor; e Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

O deputado juvenil Samuel Rodrigues, de 17 anos, defendeu investimentos em cultura: "Propus que haja financiamento do Governo federal para a produção de filmes históricos nacionais. Muita gente não sabe o que aconteceu em seu próprio país, passa pelos feriados sem entender o que significam. Não existe melhor maneira de ensinar do que o cinema", disse ele.

Já Filipe Fernandes Fiedler, de 16, preocupou-se com iniciativas de cunho social. "Minha proposta fala sobre a inserção de projetos sociais na carga horária do serviço militar obrigatório. Todo jovem homem, após completar 18 anos, teria que fazer um projeto social voltado para as comunidades do entorno do quartel durante o serviço militar", explicou.

Antes de ir a Brasília, porém, os sete eleitos foram à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, pioneira no país ao lançar ao Parlamento Juvenil, em 2003. O grupo se encontrou com o presidente da Alerj,

Paulo Melo (PMDB), de quem ouviu conselhos. "Não existe ninguém tão inteligente que não tenha nada a aprender. Prestem atenção e participem da melhor forma que puderem. A coragem para atuar de forma produtiva na política é o que falta a muitos jovens", disse Melo.

Os garotos também trocaram um dedo de prosa com o presidente da Comissão de Educação da Alerj, Comte Bittencourt (PPS): "É importante debater. A programação gera uma experiência muito rica para eles e faz com que exerçam plenamente a cidadania, compreendendo o que é a democracia e seus três poderes".

Parlamentar federal juvenil em 2012, Erika Rodrigues acompanhou o grupo na Alerj e contou sua experiência na Câmara. "O que mais gostei em Brasília foram as sessões parlamentares. Percebi, muito claramente, que existem políticos e políticos, e que dizer apenas 'os deputados são corruptos' não dá conta de toda a verdade", disse. Thays Fernanda, também ex-parlamentar juvenil, concordou com a colega e acrescentou: "No PJB, aprendi a abrir mão das minhas ideias pelas de outros, que eram melhores que as minhas. Deixamos as diferenças de lado e trabalhamos em conjunto para o bem de todos."



MAIORIDADE PENAL

Abaixo de 18?

Alerj discute redução da maioridade penal no país e Comissões da Criança e do ECA declaram ser contra a mudança

CAMILLA PONTES

A Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso da Alerj irá preparar um relatório sobre a discussão acerca do debate para redução da maioridade penal no país. O documento será enviado à Comissão Nacional de Presidentes de Comissões Legislativas dos Direitos da Criança e Adolescente. Já a Comissão Especial instalada na Casa para discutir o tema pretende enviar um documento, com suas impressões sobre o assunto, para a Câmara federal. No Rio de Janeiro, 3.500 jovens foram detidos por cometerem crimes e delitos no estado, segundo a Fundação para a Infância e Adolescência (FIA).

Presidente da Comissão da Criança, a deputada Claise Maria (PSD) se disse contrária à proposta federal. "Vamos enviar esse documento para pontuar a nossa opinião, que é contrária à redução da maioridade penal, e também para reforçar a importância desse debate antes de qualquer proposta de alteração legislativa em nível federal", explicou, durante audiência pública para discutir o tema, no dia 26 de setembro.

Por sua vez, o presidente da comissão especial, Luiz Martins (PDT), explicou que



Claise Maria defendeu que o debate é importante, antes de mudanças na lei

o grupo deve realizar novas reuniões, mas adiantou que é contra a mudança na lei. "Essa discussão seria inócua se tivéssemos dado prosseguimento ao projeto de Darcy Ribeiro e Leonel Brizola, que previa a educação em tempo integral", afirmou ele, durante audiência no dia 17.

Na reunião do dia 26, a presidente da FIA, Teresa Consentino, apresentou dados do Instituto de Segurança Pública sobre a violência entre crianças e adolescentes no estado. A maioria dos crimes cometidos se refere a tráfico de drogas, roubos e furtos. "Em 2011, 27 mil crianças e adolescentes foram vítimas, enquanto 3.500 cometeram algum ato infracional. E, entre estes, apenas cerca de 0,2% foi de natureza hedionda", assinalou Teresa, que também é contrária à redução da maioridade penal.

Na audiência do dia 17, a juíza da 1ª Vara Criminal de Madureira, na capital, Marcela Assad Caram defendeu a manutenção da maioridade penal: "O critério estabelecido pela lei que já existe me parece justo, pois o Brasil tem dimensões continentais, com

realidades socioculturais completamente diferentes em cada estado da Federação".

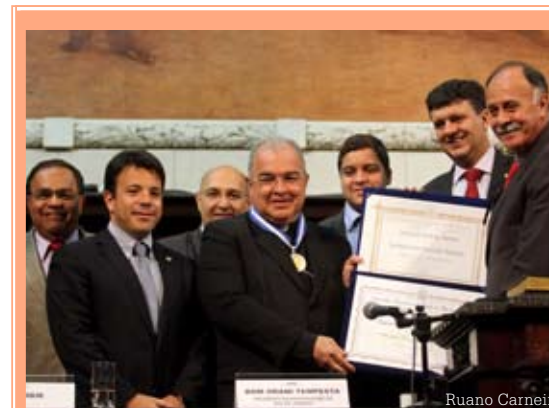
Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, Zaqueu Teixeira também é contra a redução da maioridade. "O que devemos fazer é avaliar o que precisa ser feito para o sistema que já existe ser aperfeiçoado", disse ele.



O deputado Luiz Martins preside comissão especial sobre o tema

Nota Especial

Os serviços prestados pela Ampla e pela Light serão fiscalizados por uma Comissão Especial da Alerj. O grupo foi instalado no dia 26 e, segundo o seu presidente, deputado Marco Figueiredo (PROS), vai se concentrar inicialmente no valor das tarifas. Citando órgãos de defesa do consumidor, o parlamentar afirmou que as distribuidoras de energia elétrica no estado estão entre as empresas que mais sofrem reclamações: "Vamos focar nas questões relacionadas ao valor das tarifas, mas também em outros problemas".



O arcebispo do Rio de Janeiro, dom Orani Tempesta, recebeu a Medalha Tiradentes e o Título de Cidadão do Rio de Janeiro, no dia 25. A iniciativa partiu do deputado Paulo Ramos, em homenagem pelo sucesso da Jornada Mundial da Juventude e seu trabalho na Igreja Católica

Em dinheiro ou cartão?

Lei proíbe cobrança de valores diferentes para compras feitas no débito ou com crédito



EDUARDO PAULANTI

Está cada vez mais difícil encontrar quem ande com dinheiro vivo para pagar suas compras. Motivos como a praticidade, possibilidade de parcelamento, segurança e facilidade na aquisição fazem os cartões de crédito e débito ganharem cada vez mais popularidade entre os brasileiros.

Segundo a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços, os pagamentos usando cartões somaram R\$ 189,4 bilhões nos três primeiros meses de 2013, registrando um crescimento de 16,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. De carona com o crescimento, porém,

problemas e reclamações também aumentam.

Além de queixas de cobranças indevidas e juros abusivos, práticas como a cobrança de valores diferentes para compras à vista em dinheiro ou cartões são ilegais, como afirma o deputado Átila Nunes (PSL), autor da lei 6.501/2013, que pune comerciantes que adotem tal estratégia. “Infelizmente, muitos consumidores não têm conhecimento dos seus direitos. É indispensável uma campanha de conscientização não só para eles, mas também para os comerciantes”, afirma o parlamentar.

“Acho errado esse tipo de prática. Estou acostumada a comprar nas lojas de informática do Centro e, mesmo que seja em débito, sempre tem um acréscimo de R\$ 5 ou R\$ 10. Não faz sentido”, diz a assistente administrativa Renata Gomes (foto), de 30 anos.

Para o gerente jurídico da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Vilmar Gonçalves, a lei preocupa o setor. “Não podemos esquecer que, para cada compra com cartão, um valor é pago pelo comerciante à operadora. A lei interfere no modo de gestão individual de cada comerciante”, critica.

Questionado sobre tal ponto de vista, Átila Nunes rebate: “Os lojistas não podem repassar ao consumidor um custo que é deles. É bom lembrar que ninguém é obrigado a aceitar cartões, mas a partir do momento em que é dada essa opção ao consumidor, o mesmo não pode ser penalizado pela escolha do fornecedor de serviços”.

“As operadoras de cartões cobram quando é crédito pela questão do parcelamento. Quando for débito, os comerciantes não deveriam cobrar uma taxa da gente. A gente não tem que andar com dinheiro. Por isso, temos o cartão”, reclama o analista de sistemas João Paulo Cotrim (foto), de 27.



Fotos: Gabriel Esteves

Advogado alerta contra abuso de comerciantes

Presidente da Associação Nacional de Assistência ao Consumidor e ao Trabalhador (Anacont), José Roberto de Oliveira afirma que os consumidores não devem ter medo de acionar a Justiça, caso seja necessário. Muito pelo contrário. “Os consumidores podem procurar o Juizado Especial Cível, que atende gratuitamente os casos citados sem qualquer custo para o consumidor”, explica José Roberto de Oliveira.

“Já recebi cobranças indevidas e, por isso, fiquei sem crédito. Os juros são muito abusivos, uma extorsão com o consumidor, mas a gente precisa comprar”, diz Daiane Prudente, de 26 anos.

Segundo o presidente da Anacont, relatos como o de Daiane não são raros. “Recebemos centenas de queixas relacionadas com pagamentos com cartões. Os problemas são tantos que costumo recomendar aos consumidores que só usem cartão quando for completamente imprescindível”, alerta o advogado.

Já o diretor jurídico do Procon, Marcelo Moura, afirmou que as leis aprovadas pela Alerj tornam mais explícito o que a legislação já prevê. “As pessoas não estão bem informadas sobre os direitos acerca de compras com cartões. Por isso, distribuimos cartilhas e panfletos sobre o assunto”, diz.

Moura recomenda que os consumidores que se sentirem lesados procurem o Procon pelo telefone 151 ou nos polos de atendimento do Grande Rio. Os endereços do serviço estão disponíveis no site www.rj.gov.br/web/poupatemporj.